

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - Amazonas: aspectos socioambientais sobre a comunidade Nossa Senhora do Livramento

Tupé Sustainable Development Reserve - Amazonas: socio-environmental aspects of the Nossa Senhora do Livramento community

Reserva de Desarrollo Sostenible Tupé - Amazonas: aspectos socio-ambientales de la comunidad Nossa Senhora do Livramento

Recebido: 09/06/2022 | Revisado: 19/06/2022 | Aceito: 21/06/2022 | Publicado: 02/07/2022

Antônio Ferreira do Norte Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5946-3291>
Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: nortefilho@gmail.com

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9974-2140>
Universidade Federal do Amazonas, Brasil
E-mail: tecafraxe@uol.com.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a estrutura socioambiental da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS Tupé), com vistas ao levantamento de dados caracterizadores dos modos de vida dos habitantes daquela localidade, buscando-se, na sequência, os indicadores para um delineamento dos níveis relativos ao piso vital mínimo de garantia de sobrevivência da comunidade, sobretudo, no que diz respeito à saúde, educação, segurança, atividade econômica e saneamento básico dentre outros fatores. As unidades de conservação consistem nos espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa de natureza aplicada, quanto aos objetivos, exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada no método estudo de caso, realizada na comunidade Nossa Senhora do Livramento, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Portanto, espera-se com este trabalho, contribuir para o conhecimento e a reflexão acerca dos elementos pesquisados, quais sejam o espaço territorial, o ser humano, a percepção ambiental e os direitos, numa visão interativa, o que poderá importar na busca de soluções para as possíveis controvérsias apresentadas através das conclusões obtidas.

Palavras-chave: Estrutura socioambiental; Piso vital mínimo; Unidade de conservação; Espaços territoriais; Recursos ambientais.

Abstract

This article aims to analyze the socio-environmental structure of the Nossa Senhora do Livramento Community, located in the Tupé Sustainable Development Reserve (RDS Tupé), with a view to collecting data that characterize the ways of life of the inhabitants of that locality, seeking, next, the indicators for a delineation of the levels related to the minimum living floor to guarantee the survival of the community, especially with regard to health, education, security, economic activity and basic sanitation, among other factors. Conservation units consist of territorial spaces and their environmental resources, including jurisdictional waters, with relevant natural characteristics, with conservation objectives and defined limits, under the special administration regime, to which adequate protection guarantees apply. As for the methodology, it is an applied research, in terms of objectives, exploratory and descriptive, with a qualitative and quantitative approach, based on the case study method, carried out in the Nossa Senhora do Livramento Community, Tupé Sustainable Development Reserve. Therefore, it is expected with this work, to contribute to the knowledge and reflection about the researched elements, which are the territorial space, the human being, the environmental perception and the rights, in an interactive vision, which may matter in the search for solutions for the possible controversies presented through the conclusions obtained.

Keywords: Socio-environmental structure; Minimum living floor; Conservation unit; Territorial spaces; Environmental resources.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la estructura socioambiental de la Comunidad Nossa Senhora do Livramento, ubicada en la Reserva de Desarrollo Sostenible de Tupé (RDS Tupé), con el objetivo de recopilar datos que caractericen

los modos de vida de los habitantes de esa localidad, buscando, a continuación, los indicadores para una delimitación de los niveles relacionados con el piso mínimo de vida para garantizar la supervivencia de la comunidad, especialmente en lo que se refiere a salud, educación, seguridad, actividad económica y saneamiento básico, entre otros factores. Las unidades de conservación consisten en espacios territoriales y sus recursos ambientales, incluidas las aguas jurisdiccionales, con características naturales relevantes, con objetivos de conservación y límites definidos, bajo el régimen de administración especial, a los que se aplican garantías de protección adecuadas. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación aplicada, en términos de objetivos, exploratoria y descriptiva, con enfoque cualitativo y cuantitativo, basada en el método de estudio de caso, realizada en la comunidad Nossa Senhora do Livramento, Reserva de Desarrollo Sostenible de Tupé. Por lo tanto, se espera con este trabajo contribuir al conocimiento y la reflexión sobre los elementos investigados, que son el espacio territorial, el ser humano, la percepción ambiental y los derechos, en una visión interactiva, que puede ser importante en la búsqueda de soluciones a las posibles controversias presentadas a través de las conclusiones obtenidas.

Palabras clave: Estructura socioambiental; Piso mínimo habitable; Unidad de conservación; Espacios territoriales; Recursos ambientales.

1. Introdução

O presente trabalho consiste no resultado de um dos capítulos da tese de doutorado intitulada *Direito Real de Uso: Princípio da Segurança Sustentável Como Garantia Fundamental de Permanência dos Povos Tradicionais em Unidade de Conservação*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A Amazônia apresenta uma imensidão territorial constituída por um patrimônio florestal vultoso, rico em biodiversidade e uma rede hidrográfica de extensão monumental. Uma parte considerável da população dessa região habita as margens dos diversos rios e igarapés encravados na floresta amazônica, de onde é retirado o seu sustento, incluindo-se a porção da renda econômica familiar através da caça, da pesca e do artesanato, legalmente autorizados.

A trajetória do processo e hominização é marcada pela relação do homem com o ambiente natural. Essa relação, num primeiro momento, foi determinada pelo forte temor ante as forças desconhecidas e incontroláveis da natureza. Posteriormente, os homens veem-se diante da vontade de desvendar os mistérios existentes por trás dos fenômenos temidos, tendo como objetivo conhecê-los, vencê-los e dominá-los. No âmago do processo de conhecer, vencer e dominar os fenômenos naturais, o homem transcende a si mesmo e acaba promovendo articulações entre as suas intenções e o mundo existente, tendo a natureza como suporte da vida, produzindo, como resultado da interação homem/natureza, o espaço (Fraxe *et al*, 2006).

É importante a concepção de que a Amazônia se apresenta mediante um extenso leque de características especiais e diferentes entre si de modo a propiciar que diversos meios de produção e subsistência sejam realizados pelo Amazonida, conforme a sazonalidade, quando cada um desses aspectos atenderá o suprimento de suas necessidades conforme a estação.

Como exemplo pode-se observar, conforme a várzea é um ecossistema complexo, com imensa riqueza biológica passível de apropriação humana. Os rios amazônicos e suas áreas inundáveis cobrem mais de 300.000 km². Há muitas gerações essas áreas inundáveis vêm sendo utilizadas por populações tradicionais, tanto no período de seca quanto no de cheia (Surgik, 2005).

Nesse contexto, conforme o artigo 225, § 1º, da Constituição Federal, cabe ao Poder Público a definição de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos em todas as Unidades da Federação, sendo a sua alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

O Estado do Amazonas possui cerca de 111 (cento e onze) Unidades de Conservação (UC's), sendo 47 federais, 41 estaduais e 23 municipais, abarcando cerca de 35% do território estadual (mais de 44 milhões de hectares). São 18 unidades de proteção integral e 58 de uso sustentável (Santos *et al*, 2015).

No interior de muitas das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas é possível se verificar a presença de Povos Tradicionais, o que denota a necessidade de políticas públicas de regularização fundiária voltadas a esses povos de modo a

permitir a segurança de permanência sobre as terras que habitam e a consequente tranquilidade na busca do respectivo desenvolvimento socioeconômico, porém, nesse contexto observa-se a existência contínua de conflitos entre o Poder Público e os Povos Tradicionais muitos dos quais já habitavam aquela terra antes da sua tutela legal.

A noção hegemônica de desenvolvimento que historicamente serve de base para ações geradoras de desigualdades e destruição dos bens naturais tem sido colocada em xeque em virtude da insurgência e do empoderamento de outros modos de conceber e vivenciar a natureza e seus recursos. Nesse olhar alternativo, evidenciam-se conhecimentos e culturas locais, modos de vida singulares e diversas lutas por direitos territoriais. No campo ambiental, o histórico de luta de diversos povos e comunidades tradicionais do Brasil pelo direito aos seus territórios e reconhecimento de suas identidades é extenso, tendo ganhado amplitude a partir da década de 1970, abarcando povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais habitantes dos diversos biomas brasileiros (Melo et al, 2021).

Com efeito, a presente pesquisa realizou a coleta de dados com vistas à análise da estrutura socioambiental da Comunidade de Nossa Senhora do Livramento, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, buscando-se, assim, identificar os indicadores para a descrição dos parâmetros de subsistência comunitária, especialmente quanto à saúde, educação, segurança, atividade econômica e saneamento básico dentre outros fatores.

Portanto, visou a contribuição para o conhecimento e a necessária reflexão acerca dos elementos pesquisados, traduzidos no espaço territorial, no ser humano, na percepção ambiental e nos direitos, numa visão interativa, o que poderá importar na busca de soluções para as possíveis controvérsias apresentadas através das conclusões obtidas.

2. Metodologia

O conceito de metodologia é compreendido como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica (Prodanov & Freitas, 2013). Assim, a metodologia consiste no exame, na descrição e na avaliação de métodos e técnicas de pesquisa voltadas à coleta e o processamento de informações, através da aplicação de procedimentos com vistas à construção do conhecimento e a consequente busca de solução para os problemas propostos, bem como a sua comprovação e validação científica e social.

Nesse sentido, a metodologia concernente à presente pesquisa estará disposta no seguinte roteiro: quanto à natureza, quanto aos objetivos, quanto à abordagem, quanto aos procedimentos metodológicos, quanto à caracterização do objeto de estudo, quanto às técnicas de coleta de dados, quanto à análise dos dados. Quanto à natureza, apresenta-se como uma pesquisa aplicada, posto ter por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática prevista, dirigidos à solução de problemas específicos, por envolver verdades e interesses locais (Gerhardt & Silveira, 2009).

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2022, Heerdt & Leonel, 2006).

A abordagem utilizada se traduz em pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que, além de buscar um aprofundamento da compreensão da relação do grupo social estudado com o lugar, ou seja, o vínculo primordial entre o universo objetivo e a subjetividade do sujeito; se preocupou também com a com representatividade numérica a partir de opiniões, informações, classificações e análises através de recursos e técnicas estatísticas.

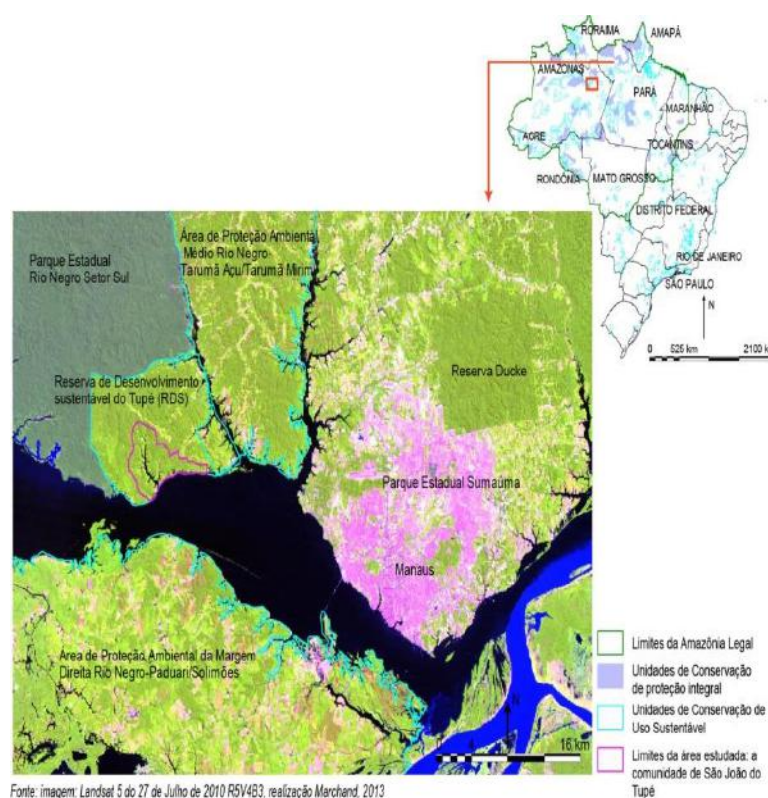
A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2014).

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivo lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana (Gerhardt, 2009).

No que tange aos procedimentos metodológicos se fundamentou no método consistente em estudo de caso, tipo único, com abordagem qualitativa e quantitativa, o estudo do caso constitui uma das muitas maneiras de fazer pesquisas em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia) são alguns exemplos de outras maneiras de se realizar pesquisa. Cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens próprias, dependendo basicamente de três condições: (a) o tipo de questão da pesquisa; (b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; e (c) o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos (Yin, 2014).

Para a efetivação do presente estudo, foi realizada pesquisa de campo na área de estudo delimitada, com entrevistas semiestruturadas, através da aplicação de formulários, com perguntas abertas e fechadas, além da observação. O estudo foi realizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS Tupé) (Figura 1) que é uma Unidade de Conservação com 11.973 hectares, localizada à margem esquerda do Rio Negro, na zona rural de Manaus, com distância aproximada de 25 km em linha reta do centro da cidade, criada através do Decreto nº 8.044, de 25 de agosto de 2005 da Prefeitura de Manaus. Tem como objetivo a preservação da natureza por meio da garantia e utilização racional dos recursos naturais pelas populações tradicionais nela habitantes. Seu acesso ocorre somente por via fluvial.

Figura 1. Localização da área de estudo – RDS Tupé, Amazonas.



3. Resultados e Discussão

3.1 Aspectos Históricos da RDS Tupé – Comunidade Nossa Senhora do Livramento

A criação de unidades de conservação (UC's) se traduz em um dos principais instrumentos materializadores das políticas voltadas à proteção da biodiversidade brasileira. Partindo-se do detalhamento de áreas espacialmente entendidas como fundamentais, surgem os espaços territoriais especialmente protegidos. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação

(SNUC) foi concebido, objetivando a possibilidade de gerenciamento dos espaços especialmente protegidos, bem como visando trazer benefício às populações tradicionais e indígenas residentes nas áreas de conservação e entorno, pesquisadores, visitantes e usuários.

As Unidades de Conservação (UC), exercem papel imprescindível na defesa e proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, haja vista, que proporcionam benefícios e garantem a proteção ambiental, do patrimônio histórico-cultural presente pelas populações residentes. (Ayach et al., 2019).

A Lei nº 9.985/2000 regulamentou o artigo 225, § 1º, I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Nos ditames do artigo 2º, I da Lei nº 9.985/2000, unidade de conservação é espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Conforme o artigo 7 da Lei do SNUC, as unidades de conservação encontram-se divididas em dois grupos: unidades de proteção integral (UPI) e unidades de uso sustentável (UUS), especificamente caracterizados. As Unidades de Proteção Integral (UPI) consistem nos espaços de manutenção dos ecossistemas protegidos de alterações causadas por interferência humana, admitidos apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, com exceção dos casos legalmente previstos.

As Unidades de Uso Sustentável (UUS) pelas áreas ambientais racionalmente protegidas com o objetivo de conservação do bem ambiental, estando dentre as categorias das UUS a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo das gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

O objetivo básico da reserva de desenvolvimento sustentável consiste na preservação da natureza e ao mesmo tempo na garantia das condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar a aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos por essas populações.

O objetivo principal de uma área protegida, marinha ou terrestre, deve ser o da conservação da biodiversidade, com a possibilidade de inclusão das populações tradicionais na conservação (Pereira e Scardua, 2008).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS Tupé) é uma Unidade de Conservação localizada à margem esquerda do Rio Negro, na zona rural de Manaus, criada através do Decreto nº 8.044 de 25/08/2005, possuindo 11.973 hectares, com distância aproximada de 25 km de Manaus (Plano de Gestão, 2016), com cerca de 5.000 habitantes distribuídos em seis comunidades rurais (Semmas, 2017). Atualmente, no interior da RDS Tupé, de acordo com o Plano de Gestão, são reconhecidas seis comunidades, sendo elas: São João do Lago do Tupé, Colônia Central, Nossa Senhora do Livramento, Julião, Agrovila e Tatu, também denominada Tatulândia.

O deslocamento à RDS do Tupé, a partir de Manaus, é feito exclusivamente por meio fluvial, através do rio Negro, sendo as lanchas da Associação dos Canoeiros da Marina do David e Fátima (ACAMDAF) o transporte mais utilizado com estimativa de 20 a 30 minutos o transporte diário de passageiros, pelo rio Tarumã-Açu, as comunidades da RDS do Tupé e de seu entorno (Plano de Gestão, 2016). No interior da RDS do Tupé o deslocamento pelos igarapés é facilitado no período da cheia, inverno amazônico (janeiro a maio), mas fica bastante prejudicado durante o verão amazônico (junho a outubro).

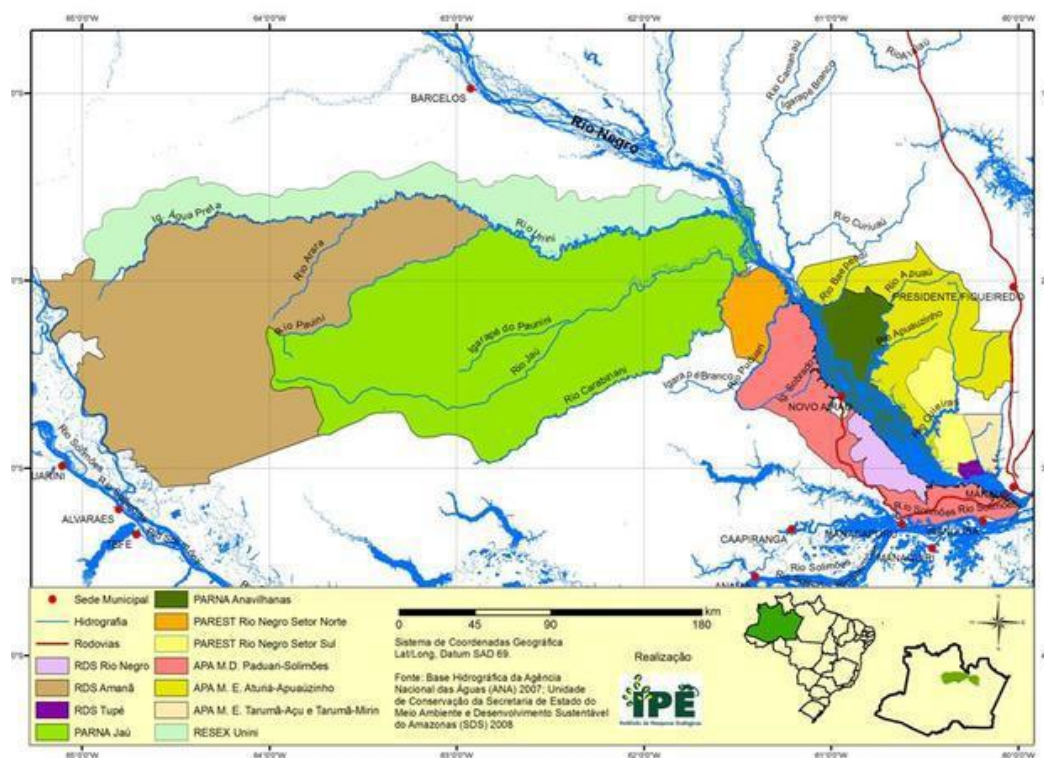
A RDS do Tupé se traduz num importante espaço territorial especialmente protegido a qual, junto ao Mosaico de Conservação do Baixo Rio Negro (Figura 2), constitui-se numa das áreas protegidas do Corredor Central da Amazônia (CCA),

possuindo importância estratégica dentro desse mosaico, seja por sua localização privilegiada, próximo ao chamado Estreito, área importante para controle da região, através da proteção e fiscalização efetiva da navegação do Rio Negro; seja por abrigar em seu interior uma diversidade biológica riquíssima e o desafio de conciliar estes recursos com as populações tradicionais residentes (Semma, 2007).

A tomada de consciência da realidade ambiental em que se encontra o planeta ocorreu de forma diferenciada dos variados setores em que se organiza a moderna sociedade. Essa consciência levou inicialmente a medidas isoladas e a choques de interesses. Hoje há, em vários desses setores, segmentos que possuem uma visão de sustentabilidade do desenvolvimento que procuram se integrar dentro de uma perspectiva holística, para melhorar a qualidade de vida global a partir de realidades locais (Dias, 2017).

Assim, esse lugar desperta o interesse externo, conforme o Plano de Gestão, as atividades de uso público se voltam para o turismo em pequena escala, incluindo lazer na praia, e visitação nas famílias indígenas.

Figura 2. Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro.



Fonte: <http://img.socioambiental.org/d/689801-2/mapa2.jpg>.

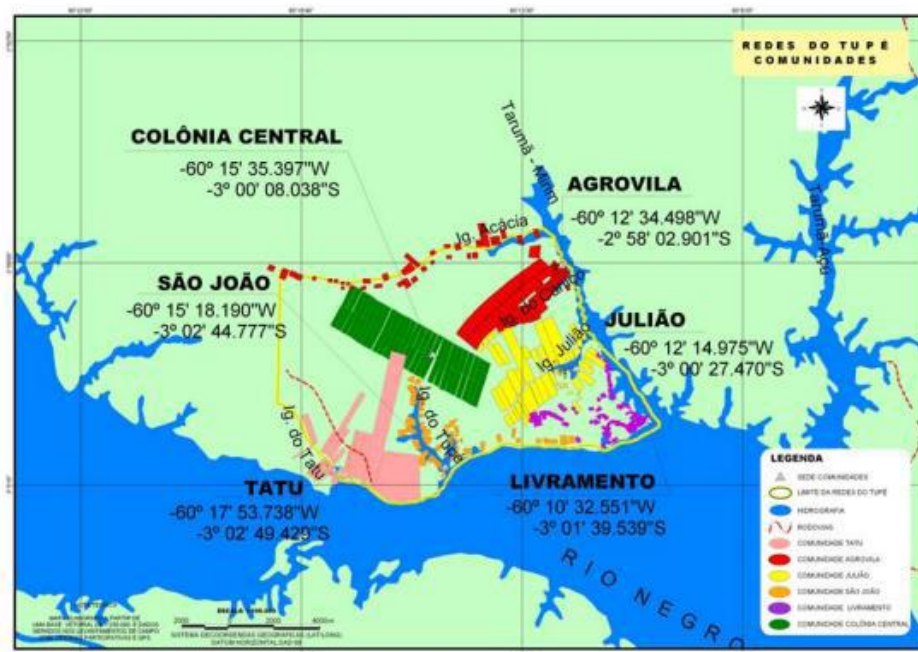
Quanto aos aspectos histórico e etimológico, Tupé, do Tupi, significa entrançado, tecidos trançados com talas da planta arumã¹, usado para fabricar objetos de arte, tapetes, esteiras, toldos de barcos, dentre outras utilidades. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, no que diz respeito à sua sigla que, nos ditames da Lei do SNUC de 2000, deveria ser RDS, por ocasião de sua criação pela Lei Municipal nº 671/2002 foi substituída pela sigla REDES do Tupé termo inicialmente empregado (Plano de Gestão, 2016), confirmada posteriormente pelo Decreto nº 8.044/2005, fato que não ocasiona qualquer alteração substancial nos propósitos destinados a uma Unidade de Conservação nos termos legais.

O termo REDES comporta forte identificação regional posto simbolizar utensílios intrínsecos relativos às tradições dos povos amazônidas - rede de balanço e descanso e rede de pesca (Plano de Gestão, 2016). REDES tem forte significado educativo,

¹Arumã é uma planta da família *marantaceae*, nome científico *Ischnosiphon polyphyllus*, cuja fibra é utilizada no entrelaçamento para a confecção do tupé.

uma vez que aponta a relevância das redes (entrelaçamento) de agentes e agências sociais para viabilização do desenvolvimento sustentável, construídas coletivamente a partir de um mesmo objetivo (Chateaubriand et al, 2009). A REDES do Tupé é formada por seis comunidades: Agrovila, Julião, Nossa Senhora do Livramento, Colônia Central, São João do Tupé e Tatulândia.

Figura 3. REDES do Tupé e suas comunidades.



Fonte: acervo do Programa Tupé / UFAM, 2006.

A região do baixo Rio Negro tinha como habitantes os indígenas das etnias Tarumã, Manaós e Baré, por ocasião da chegada dos colonizadores europeus os quais instalaram empreendimento mercantis e religiosos, bem como ocasionaram epidemias e guerras o que culminou em processos históricos de transformação cultural desses povos indígenas que experimentaram perda populacional e até a extinção de alguns deles (Plano de Gestão, 2016).

Então, a história é de massacres culturais por meio dos quais o modo de vida dos habitantes do lugar era desprezado, prevalecendo a narrativa do homem branco, que introduziu a guerra de baquetaria (doenças, sarampo, varíola, sífilis etc.), cujo único objetivo era ocupar o lugar, não se preocupando com os homens, mulheres e crianças que estavam profundamente adaptados à água negra do rio, à floresta e à terra de coloração vermelho-amarelada, que era preparada para produzir o alimento, para a construção de aldeias, para o reflorestamento de espécie importante na dieta alimentar, para a medicina popular, para o fabrico de instrumentos domésticos e serviços, a exemplo da indústria de canoas e atividades sociais (Silva, 2017).

A região onde se encontra inserida a RDS do Tupé foi habitada por indígenas da Tribo dos Barés, conforme os achados de fragmentos de peças de sítios arqueológicos, como cacos de louças feitas de barro e outros objetos de uso doméstico que eram fabricados por esses primitivos moradores.

A Amazônia não é um vazio demográfico ou cultural. Existem populações indígenas e caboclas que conhecem as características das suas localidades [...] O mundo Amazônico inclui muitos ecossistemas inter-relacionados, cada um com sua própria história natural e suas características geofísicas e químicas, suas populações humanas com diferentes tecnologias e densidades demográficas. Tais diferenças são resultados, em parte da adaptação dessas populações à variabilidade dentro da Amazônia e, de outro lado resultam do efeito de diferentes traços culturais. (Moran, 1990).

A Comunidade Nossa Senhora do Livramento foi fundada em 5 de agosto de 1973, com o nome Mari depois Santa Madalena Sofia, por um grupo de trabalhadores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo a primeira criada na região do Tupé. Nessa época, a principal atividade econômica da comunidade era a produção de carvão para o mercado consumidor de Manaus (Aguilar et al., 2007).

Conforme relatos de moradores daquela localidade, em razão de uma escola indígena ter sido incendiada, possivelmente, por um latifundiário que reclamava a propriedade daquelas terras, a comunidade passou a se chamar Nossa Senhora do Livramento. Inicialmente, à luz do primeiro contato, torna-se nítida a constatação do histórico de lutas dessa comunidade para se manter na terra. Trata-se de um povo cordato, retraído e de pensar bastante reflexivo seja para expressar um pensamento seja para responder uma pergunta.

A comunidade em que pese a considerável vastidão territorial em virtude dos seus distritos (Sede, Morro, Ramal do Lago da Sorva e Igarapés do Diuna, Tachi e Tarumã), demonstra ser bem administrada por suas lideranças no âmbito de um sistema social participativo e baseado no respeito mútuo.

Nesse sentido, toda Natureza que nos é acessível, constitui um sistema, um conjunto de corpos. E é necessário que admitamos como corpos todas as existências materiais, desde a estrela ao átomo e até mesmo a partícula de éter, desde que admitamos sua existência. Mas, já que todos esses corpos constituem um conjunto, não se pode deixar de admitir também o fato de que eles atuem uns sobre os outros; e essa ação de uns sobre os outros é justamente o que constitui o movimento. Fica assim estabelecido que não é possível conceber a matéria sem movimento. E, já a matéria que senos apresenta como uma coisa de fato, tão incriável como indestrutível, daí se deduz que também o movimento é tão indestrutível quanto incriável. Essa conclusão tornou-se inelutável desde que o universo foi reconhecido como um sistema, como um conjunto correlacionado de corpos (Engels, 1991).

3.2 Aspectos Socioambientais da RDS Tupé – Comunidade Nossa Senhora do Livramento

A localidade é dotada de posto de saúde, escola municipal, igrejas católica e evangélica. Apesar de comportar um posto policial construído, a localidade não tem efetivo de segurança pública, ainda que aparentemente demonstre razoável sensação de segurança entre os comunitários e visitantes.

A natureza enquanto sistema, aduz que este é uma espantosa arquitetura de sistemas que se edificam uns sobre os outros, uns entre os outros, uns contra os outros, implicando-se e imbricando-se uns nos outros, com um grande jogo de aglomerados, plasmas, fluidos de microsistemas circulando, flutuando, envolvendo as arquiteturas de sistemas. Assim, o ser humano faz parte de um sistema social, no seio de um ecossistema natural, que por sua vez está no seio de um sistema solar, que por sua vez está no seio de um sistema galáctico: é constituído por sistemas celulares, os quais são constituídos por sistemas moleculares, os quais são constituídos por sistemas atômicos (Morin, 1977).

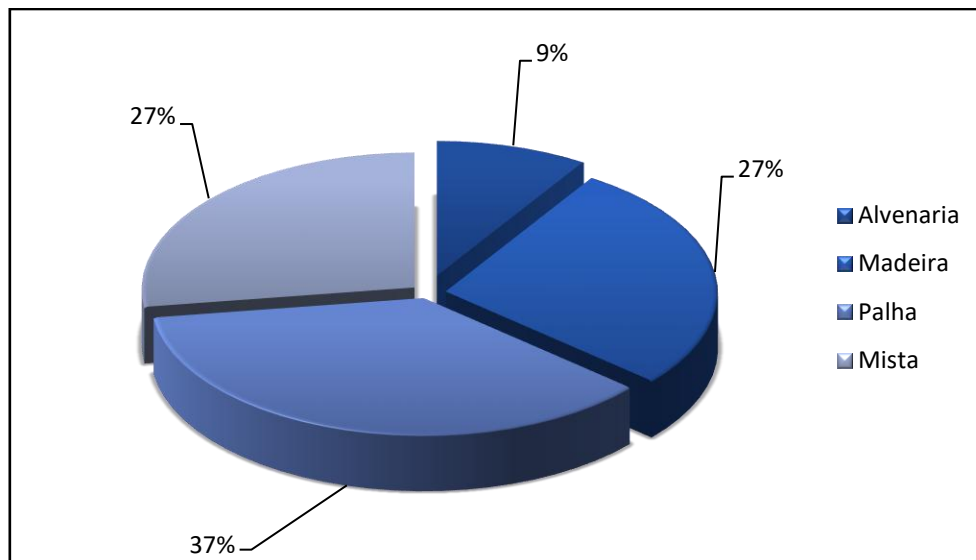
As ruas, apesar de delineadas, tem ausência de pavimentação, saneamento básico e iluminação pública e os resíduos sólidos de todas as ordens são descartados na beira do porto para recolhimento. As habitações são, na sua maioria, estão inseridas em imóveis com perímetros bem definidos, com construções em madeira e/ou alvenaria, sendo algumas inacabadas ou em andamento.

O piso vital mínimo consiste na condição de uma vida com dignidade, a qual reclama a satisfação de valores (mínimos) fundamentais descritos no art. 6º da Constituição Federal, de forma a exigir do estado que sejam assegurados, mediante o recolhimento de tributos, educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, lazer, entre outros direitos básicos, indispensáveis ao desfrute de uma vida digna (Fiorillo, 2021).

No que diz respeito à construção das residências pesquisadas no universo da amostra, pode-se verificar que a distribuição dos habitantes ocorreu na seguinte porcentagem: 37% habitam em casa de palha, 27% moram em casa de madeira,

em igual número, 27% residem em casa mista e somente 9% mora em casa de alvenaria que, em considerável maioria, são imóveis inacabados (Figura 4).

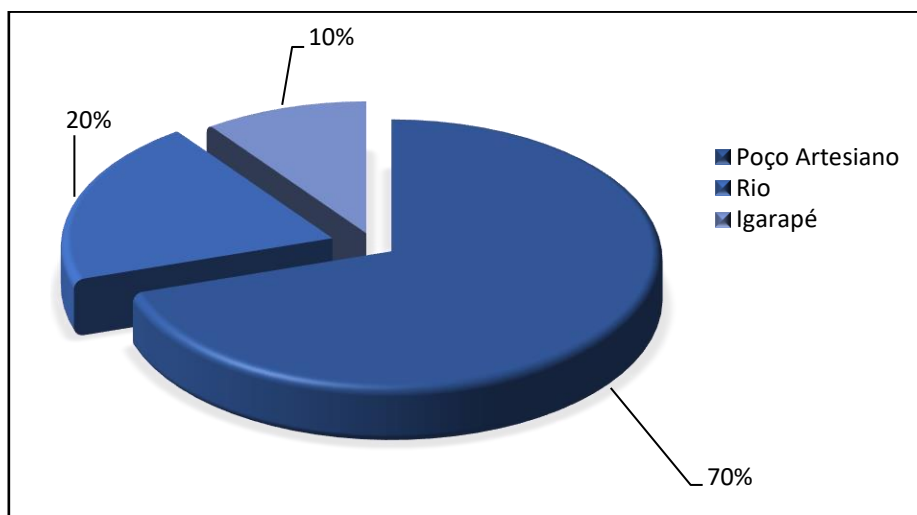
Figura 4. Estrutura habitacional na Comunidade do Livramento.



Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

Quanto à obtenção de água, os entrevistados indicaram utilizar água para consumo, higiene e utilização nas tarefas domésticas e profissionais diárias, sendo que 70% obtém água em poço artesiano, 20% obtém água no rio, e 10% obtém água diretamente no igarapé (Figura 5).

Figura 5. Captação de Água Livramento.

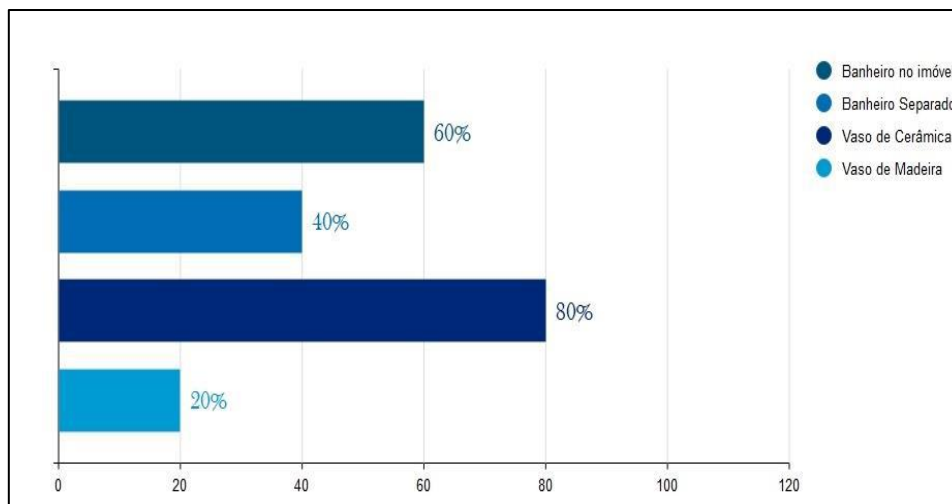


Fonte: Norte Filho, A. F.(2021).

No contexto do saneamento básico, a comunidade é totalmente desprovida de esgoto tratado, sendo que 100% do universo amostral respondeu que o destino dado ao esgoto se dá por sistema de fossa. No que tange à localização do banheiro e as características do vaso sanitário, foi observado que os banheiros localizados no interior do imóvel representam 60%, enquanto os banheiros separados do imóvel encontram-se no percentual de 40%, no que diz respeito à confecção dos vasos sanitários no

universo pesquisado, este contexto se apresentou na ordem de 80% de vasos sanitários de cerâmica e 20% de vasos sanitários constituídos de caixa de madeira, conforme se pode verificar na Figura 6.

Figura 6. Localização do banheiro e característica do vaso sanitário.

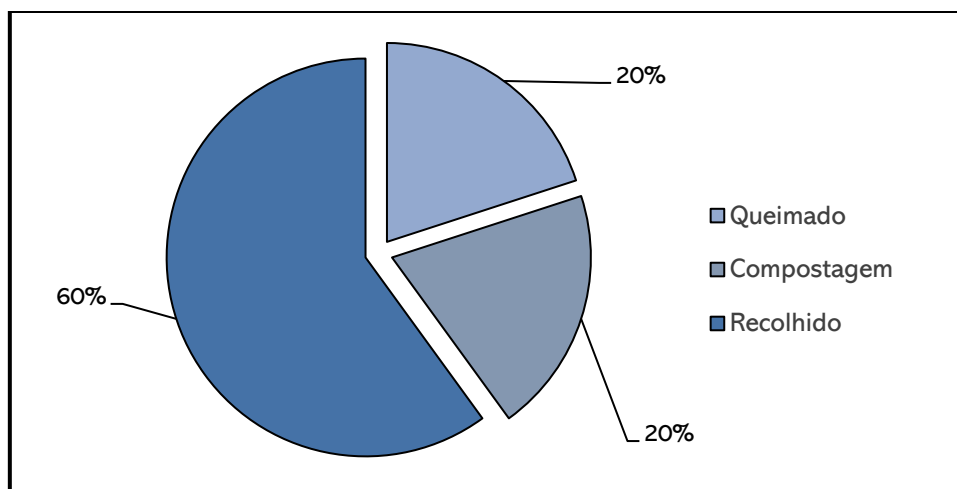


Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

Os resíduos sólidos da comunidade são descartados em um barranco localizado no porto, geralmente são acondicionados em embalagens plásticas e entulhados para serem recolhidos posteriormente para Manaus, contudo, essa prática ocasiona prejuízos graves ao lençol freático e ao próprio rio da localidade em razão da possibilidade de criação do chorume que é um líquido poluente resultante da decomposição dos resíduos por apodrecimento do material orgânico, além da possibilidade de ocasionar doenças por meio da atração de insetos, contaminação dos animais domésticos e da fauna local.

Nesse sentido, quando ao destino dado aos resíduos sólidos domiciliares, os entrevistados responderam 20% utilizam a antiga prática de queima dos resíduos sólidos, 20% realizam a compostagem dos resíduos e 60% têm o lixo recolhido cujo destino é à beira do porto à espera de ser enviado para Manaus (Figura 7).

Figura 7. Destino dos Resíduos Sólidos Domiciliares.



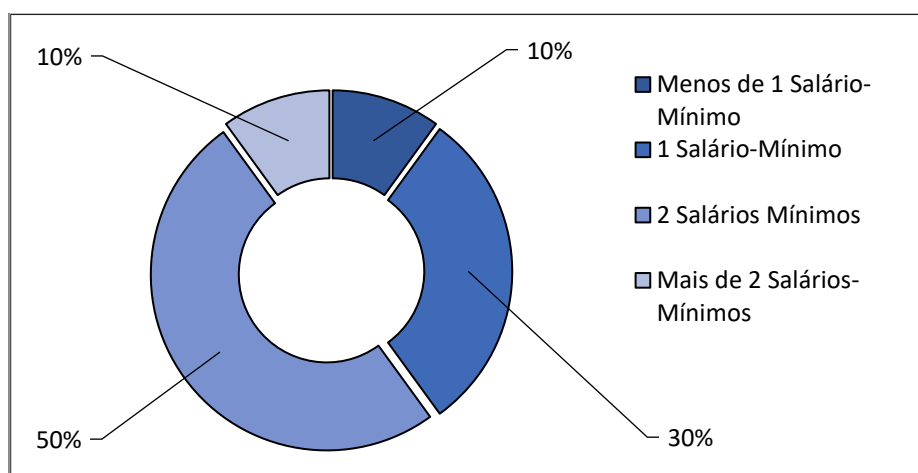
Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

A renda familiar na comunidade do livramento, em conformidade com relatos dos participantes entrevistados, ocorre através de benefícios sociais governamentais que se complementa através da pesca, do comércio e de pequenos serviços locais,

ficando a distribuição da renda no universo amostral distribuída no percentual de 10% com menos de um salário-mínimo, 30%, com um salário-mínimo, 50% com dois salários-mínimos e 10% mais de dois salários-mínimos (Figura 8).

Os sindicatos trabalhistas por exemplo, vêm lutando por leis de saúde no trabalho desde o início da industrialização, e a miséria é, e foi, uma das questões mais importantes por sua própria natureza, sem que fosse necessário tingir de verde seu tom já sombrio (Castells, 2018).

Figura 8. Renda Familiar.

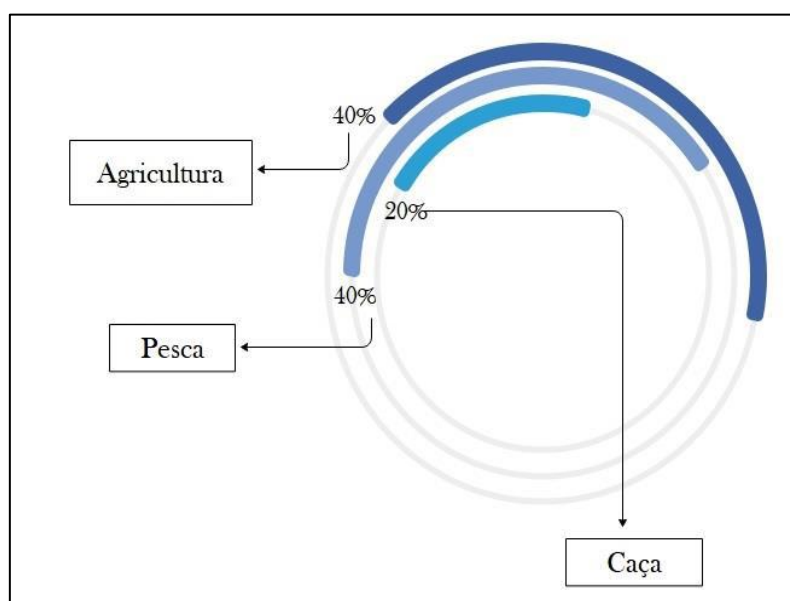


Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

Os moradores entrevistados da localidade, que se reconhecem Povo Tradicional, foram unânimes em demonstrar descontentamento com a rigidez das normas ambientais que se sem qualquer flexibilização, os coloca em mesmo nível das demais gentes, desconhecendo as suas necessidades específicas em relação ao *locus* e à própria sobrevivência, não podendo plantar ou exercer determinadas atividades sem a ciência e prévia autorização do órgão fiscalizador ambiental.

Quanto às atividades de subsistência, o consumo de recursos naturais no âmbito dos entrevistados no estudo amostral deu conta de que 40% utiliza a pesca, 40% sobrevive da agricultura e 20 % da caça, conforme se verificou na Figura 9.

Figura 9. Atividades de Subsistência.



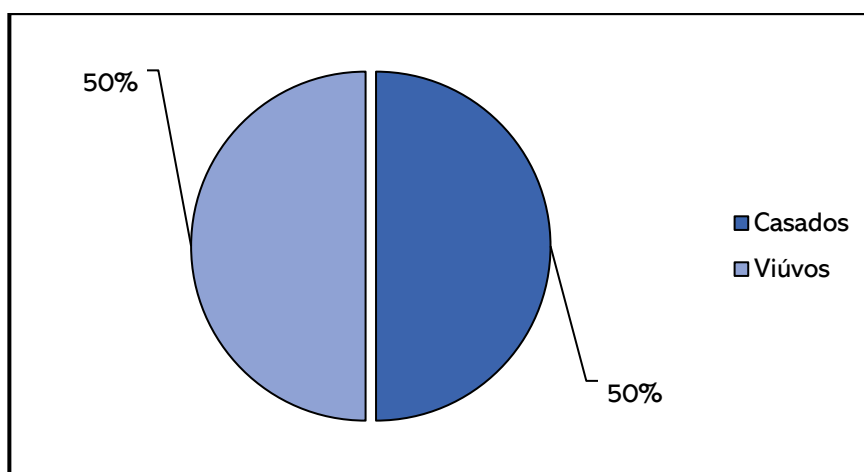
Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

Os moradores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento na RDS do Tupé tem acesso à energia elétrica por meio do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos do Governo Federal do Governo Federal. Por ocasião da pesquisa, foram observados alguns poucos imóveis fechados, conservados, com características de casas de veraneio, o que, posteriormente foi confirmado junto a alguns comunitários que os referidos imóveis pertenciam a pessoas por eles denominadas de “povos urbanos” que se dirigiam àquela localidade somente nos finais de semana e feriados.

O território, antes espaço físico arbitrariamente recortado, à revelia das práticas, dos significados atribuídos ao espaço, e das necessidades de uso dos povos e grupos sociais locais, como acontecia nos projetos de colonização e de assentamento convencionais, converte-se, assim, em espaço de diálogo, entre diferentes agentes públicos e os sujeitos sociais politicamente constituídos na região, que passam a reivindicar, a partir de seus movimentos sociais, o reconhecimento de territorialidades específicas (Schweickardt, 2014).

No que diz respeito as características socioambientais e pessoais, foi pesquisado acerca do estado civil das pessoas entrevistadas no estudo amostral, sendo conferidos os seguintes índices percentuais de 50% casados e 50% viúvos, dados que reforçam a afirmação de que essas pessoas residem há bastante tempo na comunidade dado os laços familiares matrimoniais e de perda do(a) cônjuge (Figura 10).

Figura 10. Estado Civil.

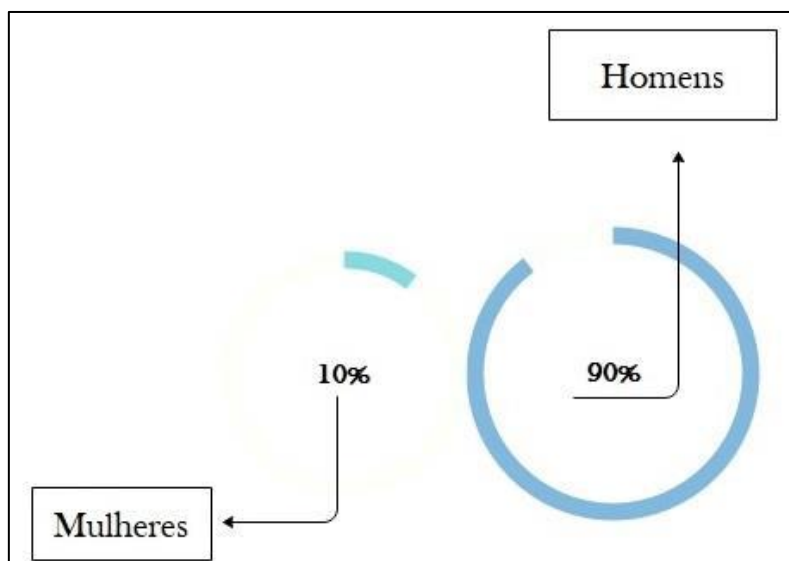


Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

Quanto ao sexo dos respondentes da pesquisa, verificou-se 10% do sexo feminino e 90% do sexo masculino, um indicativo de vigência do sistema social patriarcal tradicionalmente predominante na comunidade (Figura 11)..

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (Bourdieu, 2019).

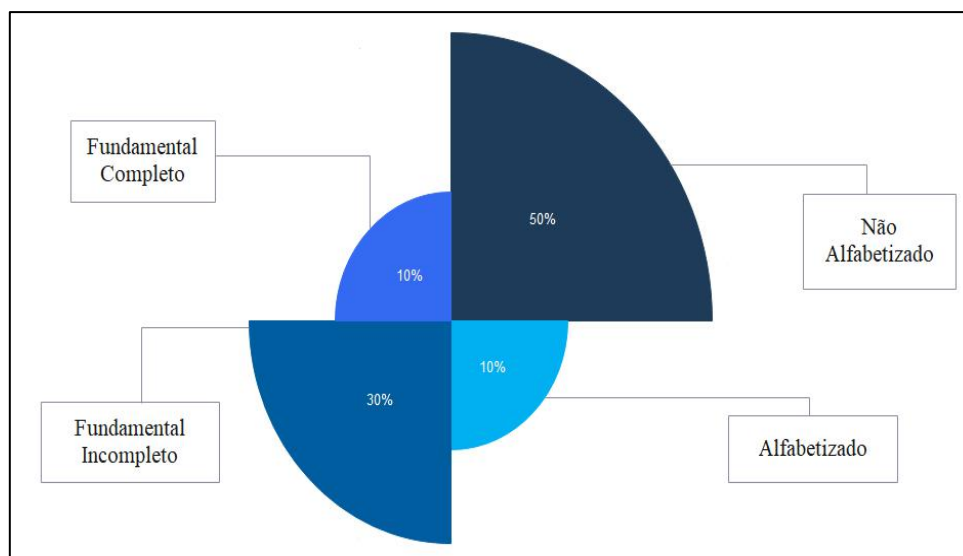
Figura 11. Gênero dos entrevistados.



Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

O nível de escolaridade dos entrevistados se mostrou 50% não alfabetizado, 10% alfabetizado, 30% com ensino fundamental incompleto e 10% com ensino fundamental completo, um indicativo de que a comunidade há muito padece com o ensino público deficitário de modo a não oportunizar o estudo à maioria dos entrevistados idosos (Figura 12).

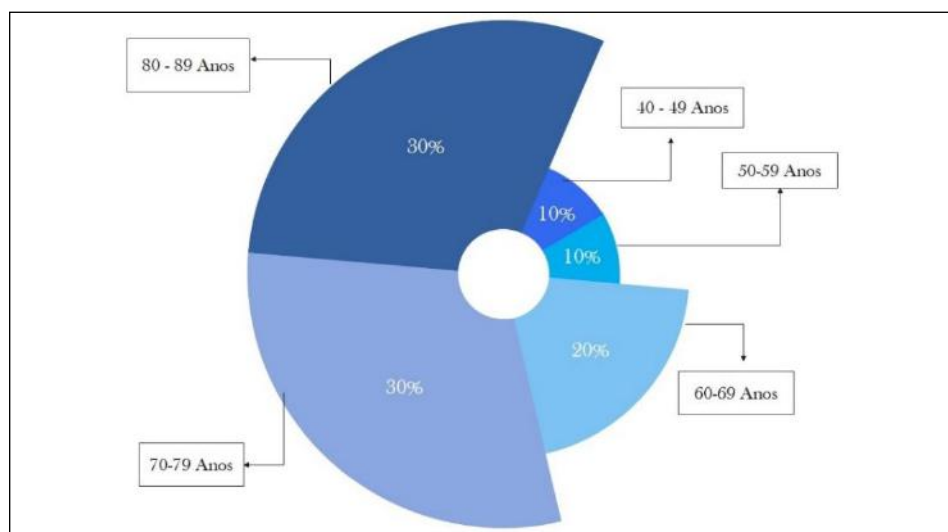
Figura 12. Grau de Escolaridade.



Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

A idade dos entrevistados é outro fator que chama atenção dado o índice de longevidade, apresentando-se na porcentagem de 10%, idades entre 40 – 49 anos, 10% idades entre 50 – 59 anos, 20% idades entre 60 – 69 anos, 30% idades entre 70 – 79 anos e 30% idades entre 80 - 89 anos fatores esses apurados reforçam a condição de Povo Tradicional desses comunitários (Figura 13).

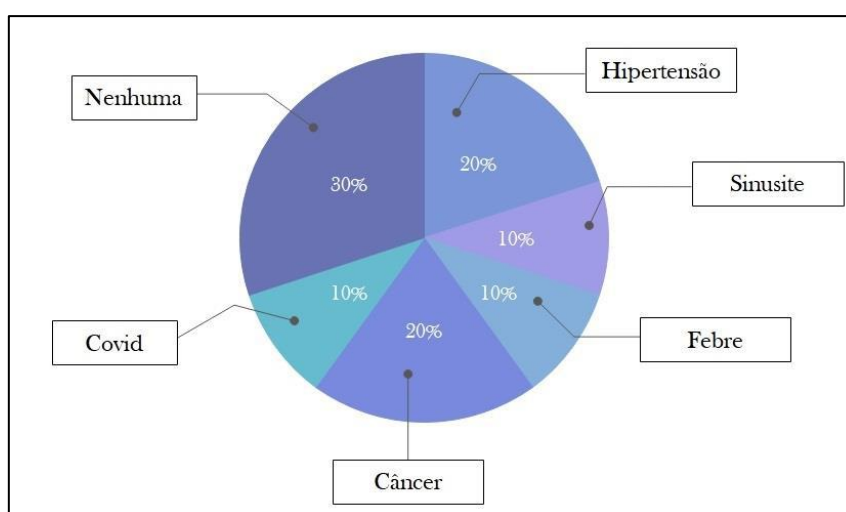
Figura 13. Faixa Etária.



Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

No que concerne às doenças verificadas dentre os entrevistados, observou-se o seguinte: 20% hipertensão, 10% sinusite, 10% febre, 20% câncer, 10% covid e 30% nenhuma doença verificada ou apresentada (Figura 14). Com efeito, a amostra expressa que, apesar da comunidade comportar um posto de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus com funcionamento de segunda a sexta-feira de 8 horas às 16 horas, o universo de entrevistados se mostra saudável em maior número, isso, segundo alguns relatos dos participantes da pesquisa, se deve ao conhecimento tradicional ou etnoconhecimento que consiste num sistema paralelo (e mais antigo) ao sistema de saúde urbano, que utiliza elementos da floresta na cura ou prevenção de doenças e que é passado de geração em geração, assim, o etnoconhecimento se refere aos conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal (Miranda, 2007).

Figura 14. Saúde e Doenças.

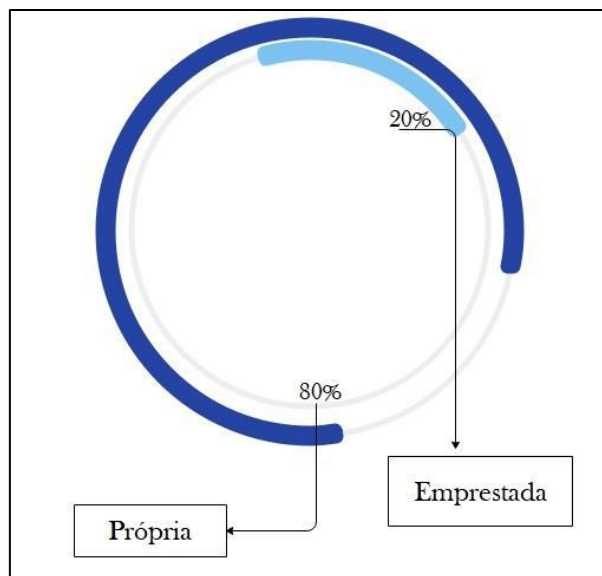


Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

A situação de dominialidade da terra (imóvel) constitui fator importante no presente estudo posto permitir a exata noção do grau de direitos que o respondente tem sobre os perímetros do solo que habita. Nesse sentido, foi verificada a propriedade, a forma de aquisição, a existência de documentação dos respectivos imóveis dos entrevistados, o grau de satisfação e a noção do

direito que comporta sobre a terra que habita e sobrevive. Assim 80% possui imóvel próprio e 20% habita terra emprestada (Figura 15).

Figura 15. Dominialidade da Terra.

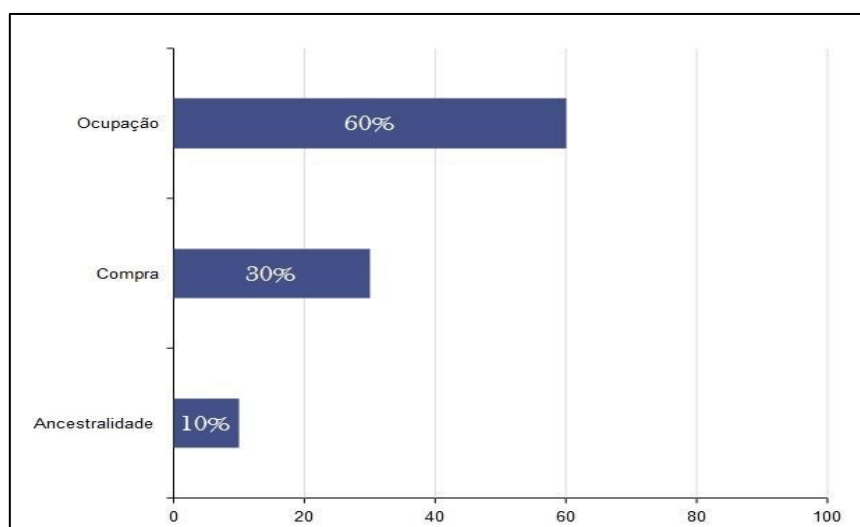


Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

A forma de aquisição da terra se expressa nos seguintes índices percentuais: 60% por ocupação, 30% através de compra e 10% pela ancestralidade (Figura 16), excetuando-se a aquisição por compra, a ancestralidade e a ocupação, em conjunto com os demais elementos constitutivos de direitos comprovados constituem indicativos que a terra herdada ou a ocupação primitiva naquela localidade confirmam legitimação a esses Povos Tradicionais.

As populações tradicionais são aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (Arruda, 1999).

Figura 16. Forma de Aquisição da Terra.



Fonte: Norte Filho, A. F. (2021).

Quanto à documentação da terra, verificou-se na amostra que 80% dos participantes não possui documentação da terra que habita e os 20% possui somente recibo de compra, não tendo sido verificada a posse de qualquer documentação oriunda do Poder Público relativa ao reconhecimento de direitos, o que reforça a necessidade proteção jurídica documentada à essa gente.

No que tange ao grau de satisfação dos comunitários participantes da entrevista, observou-se que 80% está satisfeito e 20% está medianamente satisfeito com o lugar onde reside. Em outro questionamento sobre os recursos e as pessoas, o que o participante considera de maior valor no seio da comunidade. 60% respondeu as pessoas enquanto 40% respondeu que os recursos possuem maior valor. A partir disso se pode inferir que os entrevistados apresentam equilíbrio no campo da noção comunitária e as suas relações interpessoais, bem como valorizam os recursos da natureza.

A proposta de preservação está de pé. Nós não agredimos o meio ambiente. Pessoas [Poder Público] chegam e dizem que não somos proprietários da terra. Nós lutamos continuamente e esse é o meu sentimento de pertencimento. (J.S., 40 anos). Tanto o lugar quanto a comunidade são importantes, porém os povos tradicionais perdem espaço a cada dia para os povos urbanos, somente cerca de 40% aqui é de população tradicional. (J. S. F., 66 anos). Fui um dos primeiros habitantes desse lugar, quando cheguei aqui não era habitado. Hoje tenho a convivência em comunidade quanto o lugar, as pessoas convivem em paz como uma grande família. (J. M. S., 81 anos).

4. Considerações Finais

Levando-se em consideração os aspectos legais e socioambientais, relativos à Comunidade Nossa Senhora do Livramento, é possível, a partir dos diagnósticos realizados, o exercício de uma reflexões acerca das Comunidades Tradicionais, mais especificamente os ribeirinhos habitantes de Unidade de Conservação e que, a exemplo de qualquer ser humano - cidadão, buscam sobreviver por meio da agricultura, da caça, da pesca e da criação de animais, bem como de atividades econômicas com vistas à melhoria da qualidade de vida.

A Comunidade Nossa Senhora do Livramento, na RDS do Tupé é composta por gente simples, com modo de vida pacato, que vive em casas simples e, sob os signos dos rios e igarapés se desloca, praticando as atividades de pesca, caça as suas mais importantes fontes de sobrevivência, bem como de pequenos serviços locais como forma de complementação da renda que majoritariamente é oriunda dos benefícios sociais governamentais.

Nesse sentido, o domínio da rica diversidade biológica, baseado na tradição, expressa a importância do etnoconhecimento dos camponeses varzeanos, assim, quanto mais polivalentes são os camponeses e sua família, desenvolvendo

suas atividades nas *florestas, terras e águas de trabalho* menor será a necessidade de o chefe de produção dirigir-se ao mercado, ou seja, enquanto a subsistência camponesa não estiver ameaçada, o camponês evita o mercado, em função de sua “independência” (Witkoski, 2021).

É latente a ausência das ações assistenciais estatais como forma de garantia do piso mínimo vital para que lhes seja permitida uma vivência substancialmente decente conforme o fundamento da dignidade da pessoa humana e o objetivo de erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais insculpidos na Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar de igual modo, a previsão legal de legitimidade dessas populações amazônidas relativa ao meio ambiente enquanto bem de uso comum de todos e necessário à sua sadia qualidade de vida no texto da Carta Constitucional. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável prevê a conciliação entre o desenvolvimento humano – econômico e social – e a preservação do meio ambiente. Não pretendendo impedir o desenvolvimento humano, porém, devendo ser efetivado de modo a possibilitar as condições de qualidade ambiental, e, conseqüentemente, qualidade de vida destinada às gerações presentes e futuras.

O desenvolvimento sustentável” deve ser entendido, portanto, como um dos mais generosos ideais. Comparável talvez ao bem mais antigo de “justiça social”, ambos exprimem desejos coletivos enunciados pela humanidade, ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade (Veiga, 2015). Importante ressaltar que é legalmente imposto ao Poder Público, além da coletividade, o dever de preservar e defender o Meio Ambiente para as presentes e futuras gerações.

Esse dever comporta a interpretação extensiva da premente necessidade da presença do Poder Público seja pelo exercício fiscalizatório em prol do bem ambiental, seja para gerenciar os conflitos socioambientais verificados no processo ser humano – ser humano e ser humano - natureza. Assim, a RDS do Tupé, em especial a Comunidade Nossa Senhora do Livramento, vai se compondo de gentes e vidas que a exemplo da etimologia do seu nome se entrançam, se entrelaçam e se encantam nos seus ofícios de sobrevivência harmônica com todos os seres, na magia simples de viver e (re)viver a natureza como parte dela todos os dias.

Referências

- Aguiar, J. V. S. et al (2007). História e memória: comunidade nossa senhora do livramento. *ACISAM*.
- Ayach, L. R., Souza, I. M., & Silva, J. F. (2019). O planejamento das unidades de conservação a partir das bacias hidrográficas: uma análise da Área de Proteção Ambiental Estrada Parque Piraputanga, estado de Mato Grosso do Sul. *Ciência Geográfica* – Bauru, 390-409.
- Arruda, R. (1999). Populações tradicionais e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação. *Ambiente & Sociedade, ano II, n 5*.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Senado Federal*.
- Brasil. (1981). Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2000). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2007). Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*.
- Bourdieu, P. (2019). A dominação masculina. Trad. Kühner, M. H. *Bertrand Brasil*.
- Castells, M. (2018). O poder da identidade: a era da informação. *Paz e Terra*, 2018.
- Chateaubriand, A. D. et al. (2009). *Redes do Tupé: espacialização e informações das comunidades*. EDUA, 2009.
- Dias, R. (2017). Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. *Atlas*.
- Engels, F. (1979). *A Dialética da natureza*. Paz e Terra.
- Fiorillo, C. A. P. (2021). Curso de Direito Ambiental Brasileiro. *Saraiva*.

- Fraxe, T. J. P. et al. (2006). Natureza e mundo vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/ribeirinha. In Elenise S. & José A. O. (Org.), *Amazônia: Políticas Públicas e diversidade cultural*. Garamond.
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). Métodos de Pesquisa. *Editora da UFRGS*.
- Gil, A. C. (2022). Como elaborar projetos de pesquisa. *Atlas*.
- Heerdt, M. L., & Leonel, V. (2006). Metodologia Científica e da Pesquisa: livro didático. *Unisul Virtual*.
- Manaus. (2016). Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas). Manaus: *Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Amazonas. vol. I*.
- Manaus. (2005). Decreto nº 8.044 de 25 de agosto de 2007. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (redes do Tupé), localizada na Bacia do Rio Negro e dá outras providências. Manaus: *Diário Oficial do Município de Manaus*.
- Melo, A. P. G. et al (2021). Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras: uma experiência de resistência e etnoconservação no Norte de Minas Gerais. *Revista IDEAS, 15, 1-32, e021009*.
- Minayo, M. C. S. (2014). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. *Vozes*.
- Miranda, M. L. C. (2007). A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Salvador:** *Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação*, 8. Salvador.
- Morán, E. F. (1990). A ecologia humana das populações da Amazônia. *Vozes*.
- Morin, E. (1977). O método 1: a natureza da natureza. *Publicações Europa América*.
- Pereira, P. F. & Scardua, F. P. (2008). Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. Campinas: *Ambiente e Sociedade. 11(1)*.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: *Feevale*.
- Santos, A. D., Aleixo, J. & Andrade, R. A. (2015). Fórum diálogo Amazonas: regularização fundiária urgente. mobilização social e inovação processual para a garantia dos direitos territoriais de comunidades tradicionais do Amazonas. Brasília: *IEB*.
- Schweickardt, K. H. S. C. (2014). Estado, território e sujeitos sociais emergentes na Amazônia: algumas reflexões a partir do médio rio Juruá. In Neide E., Horácio A. S. J. & Maria J. S. A. T. (Org.), *Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. 7 Letras*.
- Silva, C. A. (2017). A História das sociedades humanas: interação na área da zona leste de Manaus, Brasil, antes da viagem de Francisco de Orellana. *Revista contracorrente, v. 9*.
- Surgik, A. C. S. (2005). Estudo jurídico para a várzea amazônica. a questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. *PróVarzea*.
- Veiga, J. E. (2015). Para entender o desenvolvimento sustentável. *Editora 34*.
- Witkoski, A. C. (2021). Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. *Valer Editora*.
- Yin, R. K. (2014). Estudo de caso: planejamento e métodos. *Bookman*.